



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: TONINHO PAIVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 31/07/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Boa tarde. Com a presença dos Vereadores André Santos e Gilson Barreto, da Comissão de Administração Pública; do Vereador Dalton Silvano, Vice-Líder do Governo; do Sr. Wilson Poit, Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias, à direita; do Sr. Marcos Rodrigues Penido, Secretário Municipal de Serviços e Obras, à esquerda; do Sr. Luís Eduardo Bretas, Diretor da São Paulo Urbanismo; do Sr. Sérgio Lopes Cabral, Diretor de São Paulo Parcerias; da Prof. Regina Pacheco, da Fundação Getúlio Vargas, declaro aberta a audiência pública.

Esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no link Auditórios On Line. A convocação desta audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade*, no portal da Câmara Municipal de São Paulo e nos jornais de grande circulação. Esta audiência que tem como objetivo maior tratar do mobiliário urbano. Esta é a sexta audiência pública.

Tem a palavra o Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias, Sr. Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT – Boa tarde. Obrigado pela presença. É um prazer estar aqui novamente. Esta é a sexta audiência pública do PL 367, que trata de concessões. Tivemos, na semana passada, audiência pública sobre a concessão do bilhete único, dos mercados municipais, de parques e praças, de compartilhamento de bicicletas e de guinchos e pátios de estacionamento. Hoje é o dia, também importante, de tratar de concessão de mobiliário urbano.

Como todos sabem, mobiliário urbano é um tema bastante amplo na cidade de São Paulo. É muito importante que seja gerido, dentro da política do Prefeito João Doria, pelo setor público, com contrapartidas.

Também já falamos bastante aqui sobre esse processo muito democrático. O PL 367, principalmente, começa aqui ouvindo os senhores, ouvindo os vereadores. Cumprimento o Vereador Toninho Paiva, Presidente desta Comissão e, na sua pessoa, os demais vereadores; o Secretário Marcos Penido, meu colega, e, na sua pessoa, os demais colegas

presente, dizendo que a nossa ideia é justamente ouvi-los. Estaremos aqui até 18h ouvindo sugestões, as principais dúvidas serão todas anotadas. Esta sessão é transmitida pela TV Câmara São Paulo, pela internet, também temos todas as notas aqui e agradecemos muito. Baseados no que ouviremos dos senhores, construiremos a licitação de mais mobiliário urbano em São Paulo.

Mais uma vez agradeço a presença de todos. Em seguida vou convidar o Dr. Sérgio para fazer uma apresentação de cinco ou seis *slides*, muito rápida; depois daremos a palavra a Prof. Regina, que vai falar de maneira geral sobre desestatização com foco nesse projeto; em seguida, ao Secretário Marcos Penido. Falaremos cinco minutos cada um, em seguida ouviremos os vereadores e os senhores.

Todos os PLs que passam por esta Casa saem mais ricos, saem melhores, com muitas sugestões, e esta é a ideia. Estamos aqui para ouvi-los e para construirmos juntos um edital de licitação justo e equilibrado. A palavra-chave, como sempre digo, e o Prefeito João Doria, é “equilíbrio”, projetos que sejam bons para a cidade de São Paulo, bons para os parceiros privados, porque o dinheiro do investimento não cai do céu, e muito bons para os paulistanos, que passam a ter uma cidade mais moderna, mais atualizada, sem que para isso precise de mais carga tributária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Secretário Municipal de Desestatização e Parceria.

Registro a presença do Vereador Antonio Donato, sempre Presidente desta Casa.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Lopes Cabral, Diretor da São Paulo Parcerias.

O SR. SÉRGIO LOPES CABRAL – Boa tarde. A ideia é fazer uma apresentação bem rápida para dar um pano de fundo a esta audiência, falar um pouco da relevância e da importância deste equipamento para a Cidade.

Por favor, Bia.

Quero falar um pouco da importância do equipamento mobiliário urbano para esta cidade e para qualquer cidade do País. Na verdade esse equipamento cumpre uma função importante que você pode colocar como circulação e transporte, a própria ornamentação da paisagem urbana, mas também necessidades básicas dos usuários, como bebedouros e banheiros. A ideia é entender a importância e relevância desse equipamento para a Cidade e, com isso, trazer um modelo que consiga ampliar cada vez mais e atender melhor o cidadão paulistano.

Por favor, Bia.

O diagnóstico hoje é um pouco do que os senhores veem na rua. Falta equipamento e tem equipamentos quase inexistentes, como é o caso de banheiros. Por outro lado se observa que há empresas que têm interesse em investir nesse tipo de equipamento, porém hoje com questões pontuais, em que não se dá segurança jurídica para que esse investimento aconteça. A ideia desse PL é dar segurança jurídica para que a gente possa ter o benefício do investimento em prol do usuário, que é o cidadão.

Além disso, a gente vê que tem mais de cinco mil praças, áreas verdes municipais em que falta mobiliário e não há sanitários em vias. É uma demanda bastante relevante da sociedade.

Por favor, Bia.

Aqui pontuar que já existem concessões de mobiliários urbanos. Estamos falando basicamente de abrigos de ônibus e relógios. São dois contratos. No caso dos abrigos de ônibus, foi assinada em dezembro de 2012 uma concessão de 25 anos que rendeu uma outorga para o Município de 172 milhões de reais, um investimento de 262 milhões de reais. No caso dos relógios, é uma concessão também de 25 anos assinada em novembro de 2012, mil relógios, um investimento de 201 milhões de reais, com uma outorga de 71 milhões. Ou seja, já é um contrato que acontece na Cidade e a concessão desse PL que está tramitando na Câmara tem a finalidade de abranger os outros mobiliários.

Por favor, Bia.

Teve um concurso, agora no final de 2016, de ideias de *design* e dos tipos de mobiliário a serem colocados em concessão. Isso vai ser usado como conceito no momento da licitação, que já aconteceu, já teve vencedor, então já é um passo dado.

Por favor, Bia.

E soluções para esse problema. A gente entende que, com esse PL, a solução de ter concessão, como traz segurança jurídica para atrair mais investimentos, supre a necessidade dos cidadãos com mobiliários úteis, padronizados e de qualidade, viabilizar a confecção, instalação e manutenção de mobiliário urbano moderno de alto desempenho. Lembrando que nós estamos falando de toda a cidade de São Paulo e não só de algumas áreas de centro. Estamos falando de toda Grande São Paulo.

Viabilizar a sustentabilidade financeira do projeto, possibilidade de receitas adicionais por meio de outorgas e outros serviços e padronizar o mobiliário, criando identidade para a cidade de São Paulo. Acho que essa é a intenção.

A gente busca ouvir as opiniões para que consigamos atingir o objetivo de atender melhor o cidadão paulistano.

Obrigado a todos.

Estarei à disposição para responder perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Sr. Sérgio Lopes Cabral, Diretor de São Paulo em Parceria.

Tem a palavra a Professora Regina Pacheco, Professora da FGV.

A SRA. REGINA PACHECO - Boa tarde a todos os presentes na mesa e na plateia. Eu agradeço a oportunidade de trazer aqui o tema das parcerias. Esse é um dos meus campos de trabalho, e acredito que por isso é que estou participando desse debate hoje.

O tema da parceria é bastante difícil porque, em geral, é um debate muito genérico e muito marcado ideologicamente. Em geral, as pessoas resumem o debate em quem é a favor

do público, quem é a favor do privado.

Essa é uma maneira muito esquemática de tratar o problema, e a experiência internacional sistematizada por pesquisadores vem mostrando que essa discussão tão aberta e tão genérica ajuda muito pouco a encontrar soluções específicas para problemas públicos.

Na verdade, os instrumentos de parcerias surgem no momento em que o Estado passa a ser muito questionado pela cidadania como incapaz de fornecer os serviços públicos desejados por ela.

Isso aconteceu não só no Brasil. Aconteceu no mundo todo. Vem desde final dos anos 70 e marca uma inflexão bastante grande na maneira como cidadãos veem o Estado.

Eu estou falando de Estados com burocracias sólidas e consolidadas, grandes prestadores de serviços como, por exemplo, os governos e os Estados europeus.

Esse questionamento da cidadania de achar que o Estado não está dando resposta aos problemas, a um conjunto imenso de novos problemas: a população vive mais, as famílias têm outro formato, existe uma série de novos problemas que não respeitam limites setoriais.

Todos esses problemas foram colocando um alerta com relação à capacidade de resposta do Estado. Na verdade, as parcerias surgem nesse contexto. Não para retirar o Estado de cena, mas como uma maneira de dar melhores respostas aquilo que é demandado pelo cidadão. É nesse contexto que a discussão genérica, se a pessoa é a favor ou contra o Estado ou o privado, ajuda muito pouco.

A melhor lição disso é decidir seletivamente e em que condições a parceria pode significar a melhor resposta para aquele problema.

A ideia é sempre partir de um problema específico, não só um credo geral. Não se trata de credos ou de preferências genéricas, mas de ver, em cada problema específico, qual é o melhor arranjo que poderia fortalecer a capacidade do Estado de responder às necessidades do cidadão. Nesse sentido o que deve ser o ponto de partida para a parceria não é apenas a questão financeira. Não se trata apenas de buscar recursos privados adicionais.

Onde deu certo, onde as experiências são positivas, o que moveu a parceria foi a necessidade de responder a um problema público com foco muito claro no interesse público. Esse é o primeiro ponto.

E o que se vai buscar não é apenas o recurso financeiro. O que se vai buscar é a *expertise*, também, e a capacidade de entrega, a capacidade de execução que muitas vezes mesmo que o Estado tivesse esses recursos adicionais ainda não teria a agilidade e a capacidade de responder a todos os problemas públicos, que são inúmeros nas cidades todas em que vivemos.

É um tema bastante difícil, porque é um tema que é visto com ressalvas pela grande maioria dos atores. O setor privado sempre acha que o Estado está pagando pouco pela parceria; as ONGs acham que elas é que fazem melhor, então deveriam ser exclusivas na parceria, enfim; os políticos em geral entendem parceria como privatização em geral e nem sempre é, existem inúmeras formas diferentes de parceria que podem ser exploradas; a imprensa em geral face a problemas rapidamente conclui que é porque tem parceiro privado executando, a gente viu isso recentemente no Brasil, vários problemas. E, no fim, o que interessa mesmo e que acho que a gente deve colocar no centro é a visão do usuário como aquele que deve merecer os melhores serviços públicos.

Não é possível a gente pensar em cidadania sem melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados e para o usuário interessa muito a acessibilidade a esses serviços e a qualidade desses serviços. Aqui no caso específico mobiliário urbano, então, a ideia “a melhor experiência do mundo”. As melhores experiências dizem que tem que tomar vários cuidados com a parceria, mas que pode ser dentro desse âmbito algo positivo, trazendo não só recursos, mas *expertise* e capacidade de execução. Há problemas que devem ser muito claramente enfrentados, um problema de responsabilização face a falhas, face a problemas de quem é responsável por aquilo. O monitoramento é fundamental, se não houve um monitoramento detalhado não há possibilidade de que haja uma boa parceria. É importante

escolher a forma correta de parceria para cada problema específico e também um aprendizado. Essas coisas que estou falando e até lendo aqui saem da literatura internacional sobre o tema, é que a escolha não deve recorrer de regras rígidas, mas de diretrizes muito claras para guiá-las. Então, acho que esse é um pouco o estado da arte das parcerias e que eu gostaria de oferecer aqui ao debate.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigada, Professora Regina Pacheco. Tem a palavra o nosso Secretário Municipal de Serviços e Obras Marcos Rodrigues Penido.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO – Muito obrigado, Vereador Toninho Paiva. Queria saudar os nobres Vereadores André Santos, Dalton Silvano, Alfredinho, Donato, que aqui estão neste momento acompanhando esta audiência pública e que muito têm nos ajudado com orientações e sugestões de todos os projetos.

Queria dizer da satisfação de podermos estar aqui nessa 6ª audiência pública, coroando esse importante e fundamental projeto de concessões. Esse projeto efetivamente vai poder dar um salto de qualidade na gestão pública na administração da cidade de São Paulo, porque ele agrega o interesse da Administração e os interesses dos cidadãos de São Paulo.

Com esse projeto poderemos fazer com que serviços que hoje oneram e pesam na Administração possam ser executados através da iniciativa privada com mais celeridade, com capacidade de investimento e a Prefeitura poderá cada vez mais focar os seus investimentos naquilo que é fundamental, que é a saúde, a educação, o transporte, a segurança e a habitação. Queremos que São Paulo dê um salto para o futuro, queremos que São Paulo possa, agregando os interesses dos cidadãos e a capacidade de investimento da iniciativa privada, esses interesses se unam num interesse comum que é o melhor atendimento, a melhor garantia da vida do cidadão de São Paulo. E hoje, coroando esse projeto, estamos falando de mobiliário urbano. Fica fácil falar de mobiliário urbano porque já temos dois

exemplos na Cidade que mostram como uma parceria bem feita pode dar frutos. Já foram apropriados pela população os abrigos de ônibus, os relógios que agregam a propagando e agregam principalmente a prestação de serviços. Eles trazem um benefício para a Cidade e um benefício para a administração. O que queremos tratar aqui hoje é tratar no mobiliário urbano com que novos equipamentos possam ser disponibilizados aos cidadãos e melhorar o atendimento, melhorar a paisagem urbana e que possamos padronizar e deixar a nossa cidade cada vez melhor.

Com o mobiliário urbano, queremos respeitar e muito a lei 14.223, cuja uma das mentoras é a Dra. Regina Monteiro que está aqui conosco, a Lei da Cidade Limpa. E queremos, respeitando a lei da Cidade Limpa, trazer novos mobiliários, trazer um padrão de qualidade visual para a Cidade, que sob a gestão da SP Obras, nosso presidente Vitoralle, para que possamos ter uma cidade limpa, mas acima de tudo uma Cidade Linda.

Conto com o apoio dos Vereadores, conto com o apoio das senhoras e senhores, para que tragam contribuições e sugestões para que possamos melhorar esse projeto e rapidamente dar início à sua aplicação e um grande salto na qualidade, no dia a dia da nossa cidade. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Secretário Municipal de Serviços e Obras, Marcos Rodrigues Penido. Vencida a primeira etapa, vamos abrir a palavra aos vereadores. Vereador Dalton Silvano, V.Exa. tem cinco minutos. (Pausa) Solicitamos àqueles que gostariam de falar, munícipes presentes, as inscrições estarão abertas na mesa da Taquigrafia.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, Vereador Toninho Paiva, Srs. Secretários, em nome do Sr. Wilson Poit, Secretário da Desestatização cumprimento todos os demais, meus colegas e amigos, colega Andrea, Vereador Antonio Donato, demais vereadores, Alfredinho, vou ser muito breve, eu não tenho me manifestado muito nas audiências públicas e até tenho dito que temos de fazer audiências públicas para o público, para a população se

manifestar, os interessados. Tenho direito regimental de falar, mas na verdade, o importante é que se coloquem as posições como propostas e sugestões como disse o Secretário.

Obviamente, deixar de lado, por conta do tempo, as questões políticas que serão debatidas em plenário. E às vezes, quando as pessoas se manifestam o fazem se opondo ao projeto de lei e até de forma não muito correta. Chegaram a falar o que seria o plano municipal da desestatização.

Nesse sentido, obviamente que misturam a venda da cidade de São Paulo, aqueles discursos surrados com privatizações e com concessões. Ou se procura fazer de uma forma até para confundir a cabeça da população ou por de conhecimento. Mas, resumindo, é ideia – e sempre tenho defendido, dentro do campo do Plenário da Câmara Municipal – é de um projeto de lei, proposta de eleição do Prefeito João Doria, que visa a tornar o Estado mais enxuto, mais ágil e mais eficiente. Resumindo, André, é evitar de se gastar recursos do erário para aqueles serviços, obras e bens cujos recursos podem ser destinados – como já foi dito aqui – para as áreas principais de políticas públicas do Município, que são saúde, educação, transporte, mobilidade e segurança.

Eu só queria deixar pontuado daquilo que entendemos sobre a importância da aprovação desse projeto para que as pessoas, quando se manifestarem, o façam com sugestões. Tivemos aqui audiências públicas importantes como a sobre sacolões, por exemplo, em que se manifestaram os permissionários sobre a preocupação sobre como vai ficar a situação deles. Na audiência pública dos parques, foi dito que não serão cobrados ingressos, entradas. Então, parabênizo a Comissão de Administração Pública, na pessoa do Presidente Vereador Toninho Paiva, por promover, em pleno recesso da Câmara Municipal, essas audiências públicas. Aliás, há muita gente que questiona por que Vereador tem recesso. Há o recesso; mas, quando tem obrigações, o Vereador está aqui presente. Recesso é do Plenário, mas todos os Vereadores trabalham nesse mês de julho sem interrupção.

Já que se trata de mobiliário urbano, quero fazer um registro. Tive um embate muito

grande, inclusive, com a Regina Monteiro à época. Posso falar, como publicitário, que fui o único Vereador a votar contra a Lei Cidade Limpa, mas não a favor da poluição visual nem a favor da poluição sonora. Hoje temos mais de 20 projetos para remendar a Lei 14.223 porque, no meu entendimento, essa lei tem várias imperfeições. Acho que do lado da propaganda houve uma radicalização muito grande ao se exterminar os outdoors, ao se exterminar as propagandas que havia nos ônibus e inclusive nos próprios táxis. Não havia necessidade de se tirar radicalmente todas essas propagandas. Na cidade de São Paulo, a maior da América Latina, nós poderíamos, sim, encontrar um meio termo de conviver com todas essas propagandas.

Eu, à época, inclusive, defendi que se acabasse com toda aquela bagunça que havia na Cidade – viu, Regina? -, mas que se mantivesse, pelo menos em determinados pontos, aquela propaganda com que nós paulistanos nos acostumamos. Particularmente, eu entendia à época que não se deveria tirar aquelas propagandas dos táxis, como há em cidades como Nova York, Japão *etc.*. Aqui se fala da internacionalização das experiências. Eu até batizei aquelas propagandas em táxis como mobiliário urbano móvel. Fui derrotado, mas dei entrevista até para a França defendendo que deveríamos manter algumas propagandas e algumas publicidades.

Não sei aqui, Secretário, se é possível inclusive nós retomarmos essa discussão, só que agora com uma nova visão, de até se colocar a iniciativa privada para poder contribuir na área do Verde e do Meio Ambiente. Existem várias propostas nesse sentido.

Encerro, Sr. Presidente. V.Exa. nota que eu quase não falei em audiência pública nenhuma, só que hoje se trata de um tema da minha área. Sugiro que nós, Regina, aproveitemos essa publicidade, que não vai poluir. Nós temos outras formas de poluição. E, através dessa publicidade, dessa propaganda, nós podemos obrigar a que os empresários possam contribuir para o Verde e Meio Ambiente com doação de árvores e outros mecanismos que temos na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, inclusive, na política municipal do verde e

do meio ambiente. Então era isso que eu queria dizer, queria pontuar, queria abrir essa discussão, não de você quebrar a Lei Cidade Limpa, não de você revogar a Lei da Cidade Limpa, mas você encontrar uma flexibilidade naquilo que é possível, dentro do mobiliário urbano, e eu entendo que algumas peças – que já temos várias peças do mobiliário urbano – e que essa questão principalmente dos ônibus e dos táxis podemos inserir nesse contexto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado Vereador Dalton Silvano, Vice-Líder do Governo nessa Casa. Com a palavra o Vereador Antonio Donato, sempre Presidente dessa Casa, também membro da Comissão de Administração Pública, V.Exa. tem cinco minutos.

Antes, porém, gostaria de registrar a presença da Vereadora Janaína Lima e do Vereador Claudio Fonseca, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

O SR. ANTONIO DONATO – Boa tarde, Secretários, Gestores Públicos, meus colegas Vereadores André Santos, Toninho Paiva – nosso Presidente – Dalton Silvano, Alfredinho, Janaína Lima, Claudio Fonseca.

Querida começar pela fala da professora Regina Pacheco. Ela colocou que a questão da parceria, muitas vezes, é uma discussão ideologizada. Isso é verdade. E muito genérica. Também é verdade. E eu acredito que, nesse momento, temos feito uma discussão ideologizada por parte de quem menos se esperava que se ideologizasse a discussão, que é o próprio Governo. Porque traz uma discussão absolutamente genérica em todos os PLs. São projetos que explicam pouco, que pouco falam do interesse público, pouco explicam sobre os mecanismos, sobre os prazos, sobre as contrapartidas. Estou falando dos textos, não dos discursos. Do que está escrito nos PLs.

Voltando ao tema da ideologização. Para nós, do PT, não existe nenhum tabu em discutir concessão, PPP, parceria ou até venda de ativos. Nossos governos fizeram isso. As duas grandes concessões que existem na Cidade, existem três grandes concessões, duas

foram feitas no Governo do PT: do lixo e do transporte público. E a do mobiliário urbano é do Governo Kassab, é a Lei Cidade Limpa que promoveu essas concessões e foi votada com nosso voto. Então, da nossa parte não existe nenhum problema.

A PPP que está em curso, hoje, da iluminação pública foi construída no Governo Haddad. Então não se trata de fazer um debate desse caráter, do caráter genérico e ideológico, mas, sim, ao que a professora remeteu: do ponto de vista do interesse público, de como uma parceria, uma concessão pode melhorar uma política pública. E é isso que esperávamos que se apresentasse nessas audiências públicas, mas infelizmente vimos aqui e há falas absolutamente genéricas que colocam intenções vagas, mas que não discutem os problemas reais.

Vamos aos problemas reais. O problema é não sei qual projeto que vamos discutir, porque tem dois projetos aqui tratando do mobiliário urbano. E essa é a primeira confusão. O 367 coloca um parágrafo, enfim, autorizando a concessão do restante do mobiliário urbano licitado na Lei da Cidade Limpa. Mas, em seguida, dá entrada outro projeto que é o 489 “acrescendo novos mobiliários à antiga Lei Cidade Limpa”. Qual é a política do Governo? Qual PL? Porque eles estão, de alguma maneira, se sobrepondo. Então, primeiro esclarecimento. Não sei se teve algum problema interno no Governo, dois comandos, enfim, a gente tem duas situações que precisam ser resolvidas.

Segunda questão: É evidente que existem vários mobiliários urbanos. Pode falar, Vereador Dalton.

O SR. DALTON SILVANO – Só para contribuir, Vereador. Sabe que eu tenho um apreço, consideração e muito respeito por V.Exa. Só para dizer e compartilhar do teu entendimento que o Governo retirou o Projeto 418 que exatamente tratava dessa matéria.

O SR. ANTONIO DONATO – 489?

O SR. DALTON SILVANO – Do Mobiliário Urbano, na sexta-feira.

O SR. ANTONIO DONATO – O 489 foi retirado?

O SR. DALTON SILVANO – Do Mobiliário Urbano. Não sei se é 479 ou 489.

Retirou na sexta-feira.

O SR. ANTONIO DONATO – É um esclarecimento. Então, foi retirado o 489.

Mas voltamos às questões que eu gostaria de colocar. Primeiro, autoriza a concessão de novos mobiliários urbanos que não estão ainda... A Lei Cidade Limpa listava quais eram os mobiliários urbanos e estabelecia que cada um deles deveria ser autorizado a concessão por uma lei específica. Assim foi feito com o relógio e com os abrigos. Se é 367, é apenas um parágrafo que diz que está autorizada a concessão de todos os mobiliários urbanos listados na Lei Cidade Limpa. Qual o prazo da concessão? Isso é o mínimo que se tem de ter no projeto. Quais as contrapartidas? É isso que a gente gostaria de escutar até porque tem implicações. Falou-se dos valores das contrapartidas e dos investimentos do relógio e do abrigo de ônibus, mas com novos mobiliários urbanos talvez se reivindique um reequilíbrio econômico desse contrato. É justo? Não é justo? Não sei.

Essa discussão já apareceu na Câmara. No ano passado iam discutir a questão das bancas de jornais e esse aspecto apareceu aqui. As bancas de jornais não estão em nenhum dos dois projetos. Genericamente está porque as bancas de jornais estão listadas na Cidade Limpa.

Então, como vai se tratar essa questão?

Falou-se em quase 900 milhões de reais de investimentos e contrapartida e outorga do relógio e dos abrigos de ônibus. Existe alguma expectativa sobre o que vai se conceber? Quais os mobiliários irão se conceder? Porque tem uma lista de mobiliários. Quais se imaginam conceder? Porque senão ficamos discutindo aqui algo que a gente - sei que pode parecer batido, luta política, o que seja -, mas é o velho cheque em branco. Estamos discutindo e a Câmara não está opinando sobre nada. Ela está dizendo: Governo, faça o que você quiser.

Se o comando Legislativo dado por este próprio Parlamento, quando fez a Lei Cidade Limpa e o comando da Lei Orgânica diz que para cada concessão tem que ter uma lei

específica, é para que essa lei tenha algum detalhamento, algum debate com a sociedade e com seus representantes, que são os Vereadores.

Se não tem nenhum detalhamento, estamos discutindo o quê? Esse é o apelo que gostaria de fazer ao Governo, que pudéssemos discutir com mais detalhes. Qual a expectativa de arrecadação? Dependendo do número de Mobiliário Urbano, terá impacto na paisagem urbana ou não? Tivemos um debate grande para chegar a Lei Cidade Limpa. Foi uma lei vitoriosa tanto que ela sobrevive a vários governos. Não é uma lei de um Governo, ela virou um programa da Cidade.

De que maneira a gente vai preservar o espírito da Lei Cidade Limpa? Evidente que ela pode ser flexibilizada, mas o espírito? Nós vamos encher, como fala o item 32, totem multifuncional interativo. A publicidade é algo que as empresas buscam ter seus espaços de venda e muitas vezes o mobiliário surge em função da publicidade e não em função do uso público. Então, de que maneira nós vamos distribuir esse mobiliário?

São essas questões que gostaria de fazer preliminarmente, mas fazer um apelo ao Governo para que a gente possa discutir em cima de questões um pouco mais objetivas, senão essa discussão vai ficar ideológica, não por nossa vontade, mas por ausência de elementos para se discutir concretamente os temas abordados aqui.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Vereador Antonio Donato.

Tem a palavra o Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Presidente, hoje é o nosso último encontro dessa primeira fase, lembrando que do projeto que debatemos hoje um dos temas dentro dele que não foi chamado em audiência, ainda precisa ser chamado em audiência, e falo isso porque a gente tem a presença na Mesa de um membro da SP Urbanismo é a questão dos terminais.

Então, embora tenhamos conseguido acompanhar os seis itens do anexo, dentro do corpo da lei há uma alteração importante, porque altera inclusive textos da Lei de

Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo. Portanto vai e invade a seara de uma decisão que a Câmara tomou, vetada pelo Prefeito Haddad parcialmente, em que esse veto da Lei de Parcelamento e Uso, que deve ter quórum qualificado aqui no Plenário foi votado.

Infelizmente, na minha opinião, desatenção do nosso Presidente, sem quórum qualificado, que põe em risco inclusive a votação que tivemos. Já alerto, como alertei lá atrás, que estávamos votando com quórum equivocado. Agora fica materializado, à medida que a gente vai realizar uma audiência pública para discutir um tema de quórum qualificado que não tivemos essa exigência quando da votação.

Mas, o dia de hoje é para discutir o mobiliário urbano. O Vereador Dalton foi muito preciso e o Vereador Donato também de qual tema estamos discutindo aqui e na realidade só estamos discutindo o tema. Nada mais, porque o projeto só traz o tema no anexo.

Nós, quando discutimos a Lei Cidade Limpa e depois da implantação da Lei Cidade Limpa a transformação em uma licitação da autorização para a exploração do mobiliário urbano era o mobiliário urbano que já estava com exploração. Então, a gente tem de entender que quando da aprovação da Lei Cidade Limpa os dois elementos do mobiliário que se permitiu a concessão eram aqueles que já tinham um regime de utilização e exploração.

Portanto, há pelo menos no projeto que foi retirado, na minha opinião, corretamente na sexta-feira, até porque nem seria bom debatê-lo num dia como hoje, visto o volume de denúncia que já tem no modelo de fiscalização da legislação anterior, não estamos nem falando na abertura de novas.

Então, acho que o princípio básico de alterar qualquer coisa na legislação da Cidade Limpa é identificar a capacidade de captação de recursos com a venda da paisagem urbana e ver se isso compensa. A questão aqui é: foi muito difícil chegar aonde chegamos. Portanto, a gente tem de ver qual a capacidade geradora de receita para a venda de parte do patrimônio público, que é a paisagem da Cidade, que pode ser colocada à venda. Sem dúvida nenhuma. A gente pode colocar para a exploração da imagem, imagens privadas, a paisagem

que é de todos, desde que se reconheça que vale mais o dinheiro que vai entrar do que a cidade menos limpa.

Acho que essa é a questão e ainda nenhum elemento foi trazido, a não ser os debates da Comissão de Política Urbana, em que tanto o consórcio detentor dos abrigos, como aquele que administra os nossos relógios anunciam uma tática de desocupação próxima de 40%. Então, se a gente tem desocupados com os painéis em 40%, como a gente vai arrumar mais painéis e para gerar o quê? Qual é a riqueza que vai ser gerada se não estamos conseguindo preencher nem o que está á disposição? Então, vamos ampliar uma oferta em que não há mercado consumindo. Isso para sermos também muito corretos com a fórmula.

Também é sempre importante o Parlamento saber o que está autorizando. Não é justo, parte do Executivo, por mais forte que seja, que haja qualquer ação totalitária. E como se dá o autoritarismo? Quando se pede autorização sem dizer ao parlamentar para que serve a autorização. Portanto, temos que tomar muito cuidado com o modelo de autorização, como, em tese, é o caso desse projeto. Porque, quando se autoriza tudo, no caso, o mobiliário, estamos autorizando tudo. Autorizar tudo sem saber o que o Executivo pretende fazer é uma regra que nos aproxima do totalitarismo, porque pouco importa a opinião individual dos parlamentares para cada um dos temas individuais que vamos tratar, se é totem multiuso, se são portais, se são bancos, se são parassignos. Pouco importa a opinião individual dos parlamentares, o que importa é que se merece ter a autorização, e isso diminui o Parlamento.

Digo isso porque tenho tentado contribuir com os projetos que chegaram a esta Casa, mas este em especial, por termos recebido outro projeto que trouxe um pouquinho mais de transparência ao processo, me assustou. Enquanto era só um item num anexo, eu estava muito preocupado, mas podia fazer o debate que faço aqui com vocês. Aí o Executivo apresenta o projeto – não sei de quanto é a participação da SP Urbanismo nem de quem está na Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – vejo aqui a Regina Monteiro. Por não saber, não sei se o Executivo também sabia quais dos elementos que compõem o mobiliário urbano

que pretende vender, colocar à disposição da exploração publicitária, se são os banheiros, por exemplo. Não me parece que sejam os banheiros, porque ela vetou os banheiros aprovados pela Câmara. Então, não é o banheiro, porque, se fosse, teria lei para isso.

Precisamos, então, começar a entender que aprovar uma autorização não significa estar autorizado a tudo. Não é isso. Até para não darmos à sociedade, que se organiza para produzir lucro, a informação para não se organizar para produzir lucro exatamente em relação àquilo que o Município vai colocar à venda. Isso serve também para o Executivo organizar a sociedade. Senão fica parecendo liquidação, e sabemos muito bem que, quando se põe algo em liquidação, perde-se o valor individual das coisas que temos. É como aquela frase “Família de mudança – vende-se tudo”. Isso desvaloriza a parte do patrimônio que temos. Não acredito que o Prefeito Doria tenha assumido a Prefeitura para isso. Tenho certeza de que S.Exa. quer agregar valor a cada um dos ativos do Município.

Portanto, o projeto precisa subir alguns degraus antes de realizar essa atratividade e essa valorização dos ativos. Caso contrário, se há a sensação de “família de mudança”, de que está “tudo à venda”, a Cidade perderá muito, por maior compromisso público que o agente privado possa ter, porque as empresas privadas buscam lucro. Por maior que seja o compromisso público, o lucro é fundamental.

Por isso, acho que chegou o momento – e foram importantes a seis e a sétima, para as quais peço uma audiência sobre os terminais – de fazermos esta primeira grande reflexão: devemos autorizar tudo de uma vez só? É saudável ter uma legislação que invade um processo, reduzindo a capacidade de diálogo da sociedade? E o que fizemos aqui, superbém conduzido pelo Executivo, mostrando o que sabe até agora?

Os últimos seis meses do Governo João Doria, entendo que nem poderia ter muito mais do que ele vem nos apresentando, mas é pouco tempo para pedir autorização para tudo.

Então, sem dúvida alguma, pelas ferramentas que modularam, até agora, parte da valorização dos ativos, acho que a iniciativa privada tem que ser capturada, sim, pelo agente

público, só que a informação tem de ser muito precisa: “Nós queremos disputas nesses, nesses e nesses ativos; ou nesses, nesses, naqueles serviços”. Quando a gente põe “para tudo”, a gente corre o risco de não ter uma boa disputa e ainda perder muitos dos nossos ativos.

Na questão do mobiliário, insistirei muito. Foi muito dolorida a aprovação nesta Casa, foi muito dolorida a mudança de comportamento e perder o que São Paulo ganhou como marca mundial, reconhecida internacionalmente, é um equívoco; e lutarei com todas as minhas forças para conceder um mobiliário urbano novo que faça o valor de cidade, o valor da paisagem, que é pública, ser compensado. Se não estiver clara a compensação, não contem com meu voto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra a nobre Vereadora Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Boa tarde, senhoras e senhores. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente da Comissão de Administração Pública, Vereador Toninho Paiva, meu amigo e colega de partido Wilson Poit, colega de partido, que está à frente desse plano municipal de desestatização, um programa transformador que trará um alinhamento de São Paulo com as maiores cidades do mundo; e na pessoa do Wilson Poit, gostaria de cumprimentar toda a Mesa, a sociedade civil presente, cidadão que nos prestigia pela TV Câmara.

Mais uma vez, estamos para falar do projeto de concessão de bens e serviços, nº 367/17. Entre outros temas já abordados nas audiências anteriores, falaremos sobre a concessão do mobiliário urbano da Cidade. Antes de tudo, pergunto: Vocês sabem o que faz parte do conjunto do mobiliário urbano? Muitos paulistanos não têm a consciência do que representa esse conjunto de mobiliário urbano, que são equipamentos destinados a nos atender: atender o cidadão, quando está nas ruas, nos pontos de ônibus, banheiros públicos,

bebedouros, bicicletários, placas informativas e as lixeiras, entre outros.

Apesar de boa parte desses equipamentos já serem concedidos, como muitos Vereadores que me antecederam já falaram, é importante esclarecer que é necessário ainda fazer ajustes e melhorias. Por exemplo, quando você precisa beber água encontra facilmente um bebedouro, mesmo nos parques? Ou quando você espera um ônibus no ponto, todos os pontos são cobertos ou têm bancos para sentar? Certamente você deve estar respondendo aquilo que me vem à mente. A resposta é “não”.

Então, a proposta deste projeto de lei é criar mecanismos para estimular a iniciativa privada e investir nesse tipo de equipamento, fazendo com que os serviços sejam ampliados e, detalhe, sem nenhum centavo do dinheiro público, mas com a qualidade que todo cidadão e cidadã merecem. É por isso que, mais uma vez, venho manifestar o meu apoio ao plano municipal de desestatização.

Outro dado que acho muito importante trazer, pois, com certeza, muitos de nós desconhecem, como era de meu desconhecimento: Alguém tem ideia de quando foi a última vez que se inaugurou um banheiro público na cidade de São Paulo? Há 50 anos. E com esse plano de concessões, temos a possibilidade de inaugurar 800 banheiros públicos.

A Cidade ainda pode dar outro salto: aproveitar todos os relógios públicos e os pontos de ônibus para liberar o sinal de Wi-fi. Fazer uma Cidade conectada, com o cidadão. Enquanto você espera o seu ônibus ou se desloca por qualquer transporte público, você pode estar acessando a internet gratuita, transformando São Paulo em uma metrópole digital e conectada, como outras cidades, seja Nova York, que já está fazendo isso, já está ampliando, e nós trazemos um novo referencial de cidade. Lembro que a Cidade linda não sofrerá nenhum prejuízo com a exploração da publicidade, uma vez que esse modelo de utilização do espaço mobiliário urbano já estava previsto, quando da criação de lei. Quando a gente pensa essa questão da publicidade e do mobiliário urbano, é importante a gente se conectar, a conhecer a cidade do cidadão; e, mais uma vez, venho aqui dizer que apoio o plano municipal

de desestatização. Esse cheque será sim preenchido pelo plano municipal de desestatização, que garantirá, com mais serviços disponíveis para o cidadão, uma Cidade mais moderna e conectada com as maiores cidades do mundo. Mais do que isso, a gente vai garantir que São Paulo seja, mais uma vez, a Cidade mais empreendedora da América Latina. Esse é o desafio, posto aqui nesta Casa, e é com esse desafio que quero trabalhar com o meu mandato.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, nobre Vereadora Janaína Lima.

Tem a palavra o nobre Vereador André Santos.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Boa tarde, Srs. Secretários, nobres Vereadores e todos que, mais uma vez, estão aqui nesta tarde, alguns que estão repetidas vezes aqui para participar, porque estão atentos a tudo o que diz respeito a nossa Cidade. Bem, entre tantas falas, o que me veio à mente é o seguinte: equilíbrio. Tudo que tem excesso, tende a trazer prejuízos. Na época em que foi definida a questão de publicidade, no caso dos *outdoors* e elementos semelhantes, para que fossem excluídos, eu me lembro, na época, que houve famílias inteiras perdendo empregos e empresas quebrando, porque tudo aconteceu de uma maneira muito rápida; e não houve uma discussão melhor, para que se impedisse um número tão expressivo de empresas quebrando e pessoas desempregadas.

Então, o que nós não podemos correr é o risco de, mais uma vez, aprovarmos tantas coisas que, de fato, são importantes para a Cidade, mas, no final da história, por causa apenas do dinheiro, por causa do lucro, prejudicarmos a população e a cidade de São Paulo, que já é uma Cidade linda, uma Cidade que tem o seu *glamour*.

Então, vamos falar agora com respeito a essa questão da publicidade. Na época, tiraram praticamente tudo ou reduziram bastante, só que houve excesso. A minha preocupação é a seguinte: uma vez concedendo o mobiliário urbano, haverá então regras, para que também o desequilíbrio não aconteça e aquele lixo, aquela poluição visual que havia atrás, não volte? Como é que o Governo está se preparando, para que esse excesso não ocorra e a gente, de

fato, possa verificar que houve um aumento de publicidade, a Cidade continuou com a sua paisagem sendo preservada e o seu *glamour* sendo elogiado por tantas pessoas? Foi exatamente isso que me chamou atenção, quando cheguei aqui na cidade de São Paulo, na primeira vez; e, ao mesmo tempo, verifiquei que não houve prejuízo para a nossa população. Então, é essa a pergunta que eu gostaria de fazer: O que V.Exas., do Executivo, em especial, vão fazer, para tornar a coisa bem equilibrada, nem puxando demais para um lado e nem puxando demais para o outro?

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Vereador André Santos. Vencendo essa etapa dos Srs. Vereadores se pronunciarem, passaremos a ouvir, por três minutos os munícipes da Cidade.

Com a palavra o Sr. Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Eu sou chanceler global de ações diplomáticas da Unesca, que é o Cosmos Universidade das Nações Unidas em Educação e Cultura das Cidades, também presidente nacional e mundial da Uniglobal Trabalho das Cidades, numa central mundial, e agora presidente da Confederação dos Técnicos e Treinadores de Futebol do Brasil, a FFTB, constituída no final de semana em Serra Negra.

Primeiro quero parabenizar os Vereadores, as autoridades da Mesa, especialmente os telespectadores da TV Câmara, os internautas, todos e todas aqui reunidos para debater as políticas públicas do mobiliário da cidade de São Paulo.

A cidade de São Paulo – vamos dizer – é uma Cidade cosmopolita, com um PIB anual de 588 bilhões de reais, mas é uma Cidade injusta. Hoje nós temos 3,5 milhões de pessoas morando em favelas; cortiços; ocupações, conjuntos e áreas irregulares. Isso é um verdadeiro absurdo para uma Cidade tão rica. Isso significa a população de Brasília, Salvador e Belo Horizonte. São Paulo tem quase – vamos dizer – três mil abrigos de ônibus, sendo que 80% deles não têm cobertura e não têm segurança para os usuários do transporte.

Uma das perguntas que faço ao Secretário Poit é: quantos abrigos, mais ou menos, o Governo Doria vai implantar na cidade de São Paulo? E que sejam abrigos com condições dos usuários saberem onde está o ônibus, qual o horário em que ele chega até aquele abrigo. E também com câmeras filmadoras para interceptar e identificar ações de vândalos, inclusive à noite, de bandidos, de marginais que vêm assaltando os munícipes, os usuários do transporte público nesses abrigos de ônibus. Essa é uma das perguntas. E quanto aos banheiros públicos? Eu estive em 120 audiências públicas do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação de Solo e apresentei uma tese de construção de mil banheiros e sanitários na cidade de São Paulo, inclusive 300 no Centro da Cidade. Também quantos banheiros públicos o Governo pretende construir e entregar até o ano de 2020?

E sobre o *wi-fi* que a Vereadora Janaína acabou de explicar neste plenário, o Governo que saiu implantou o *wi-fi* através das minhas ideias, porque eu apresentei a tese sobre a implantação do *wi-fi* livre, nos terminais, pontos de ônibus e dentro deles; em praças e prédios públicos da cidade de São Paulo. Esse é um verdadeiro avanço. Apresentei em Curitiba também. Só Curitiba e São Paulo, na América Latina, que desenvolvem essas ações do conhecimento para a juventude e para a terceira idade.

E a outra...

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Por gentileza, o senhor pode concluir?

O SR. BRASIL LAERTE – Para concluir, o Vereador Dalton Silvano fez uma fala também excelente sobre os painéis. Esse é um verdadeiro absurdo. Essa Lei da Cidade Limpa, ela impede o atraso e o desenvolvimento da Cidade; das pequenas, médias e grandes empresas...

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – O senhor já passou 60 segundos.

O SR. BRASIL LAERTE – os seus painéis e suas placas digitais nas portas do estabelecimento. Era o que tinha a dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Sr. Brasil Laerte. Com a palavra

o Sr. Arlindo Amaro.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Sou Arlindo Amaro, da região do Ipiranga. Sou favorável às concessões de áreas públicas, mas primeiramente, eu gostaria de frisar o seguinte, precisamos conhecer e entender para compreender o que se pode ser feito na cidade de São Paulo. Temos a Cidade hoje com aproximadamente quatro mil bancas de revistas, inúmeros pontos de ônibus, temos problemas dos telefones públicos. Teríamos de conhecer melhor como será a implantação disso, se esses equipamentos têm a responsabilidade técnica por um profissional habilitado, engenheiro ou arquiteto que recorram à RT para a implantação de determinados equipamentos como bancas de jornal, que são instaladas e não têm nenhuma responsabilidade técnica para fixar o equipamento. Não deixa de ser uma edificação.

O que gostaríamos de saber é se esses equipamentos deveriam ter um controle das instalações nas calçadas. Temos calçadas em São Paulo muito estreitas e não pode colocar bancas de jornal, os telefones públicos como nos Jardins são instalados e não têm segurança para os deficientes visuais. Então, quem for ver essa estrutura, ela deve ser melhor planejada para que as pessoas consigam entender o porquê de fazer a concessão e quem será responsável por esse tipo de coisa.

É lamentável ver hoje ver no Ipiranga, tem um (?), que o cidadão colocou no leito da via, afunilou a via pública, estreitou o ponto de ônibus, tirou os táxis e está lá colocado. E além da Cidade Limpa que está ficando a desejar. Há inúmeros pontos da Cidade, o Ipiranga está cheio deles com diversos anúncios de postos de gasolina, que não têm o controle do serviço público. Então, fica uma questão de melhor fazer essa estruturação, do conhecimento do cidadão colocar um equipamento desses em áreas tombadas. Como fica? Será que a Secretaria de Cultura terá o conhecimento? Vai poder ter participação nisso?

Acho que tudo isso tem de ser mais estruturado, passar para a sociedade. Haverá uma comissão de moradores em relação à colocação desses equipamentos? Será que

haverá? Então, é tudo isso que gostaríamos de saber. Até mais, até breve. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Sr. Arlindo Amaro. Com a palavra o Sr. Rogério Waldecir de Lima, Cooperativa de Empreendedorismo Urbano.

O SR , ROGÉRIO WALDECIR DE LIMA – Boa tarde a todos, quero saudar a Mesa e agradecer esta oportunidade. Meu nome é Rogério Lima, sou empreendedor urbano, sou camelô.

Eu queria perguntar, essa pergunta veio à tona, eu queria saber se no projeto de lei 367/2017 estão incluídos os empreendedores urbanos. Vou pegar a fala do Vereador André Luis, que falou da questão quando foi implantada a lei Cidade Limpa, que realmente ficaram muitas pessoas desempregadas, e eu fui uma delas. Infelizmente eu trabalhava como ambulante, comerciante de rua e fui tirado das ruas sem nenhuma oportunidade de ter uma fala, sem nenhuma alternativa de conseguir um local de trabalho digno. Simplesmente fui expulso do meu local de trabalho. Não tinha o TPU, que era o Termo de Permissão de Uso e também não teve política pública para nos beneficiar, nós que trabalhávamos no tempo. Então, queria falar igual a nossa Vereadora Janaina, que falou da questão que tem que contemplar todos, por exemplo, a questão internacional.

A gente sabe que em Nova York, no Japão, em outros países, o trabalhador ambiente também trabalha de uma forma organizada, padronizada e que vai trabalhar de forma que fiquemos no mobiliário urbano, com bancas padrões, carrinhos, *food truck*, dessa forma. Quero saber se vamos ser contemplados.

A gente montou cooperativa na região central, hoje conseguimos fazer organização em toda cidade de São Paulo. Na última pesquisa do DIEESE, há 120 mil pessoas que trabalham como ambulante. Queria saber se, por acaso, não poderia implantar no novo projeto um bulevar. Em Nova York existe o bulevar em que o comerciante de rua trabalha de uma forma organizada, a sociedade e a opinião pública ficam a favor desse comércio ambulante organizado. Por exemplo, sabe-se que na região de Tóquio, Japão, há um trabalho organizado

com o comércio ambulante que teve participação do poder privado e do poder público. Do poder público veio os comerciantes e o privado sublocou o espaço para os comerciantes trabalharem. Essa é a minha pergunta.

Quero falar que atrás de uma banquinha, de um empreendedor urbano, ele não sustenta só ele próprio, ele sustenta um cortador; duas, três, costureiras; um estampador. E as costureiras sempre moram na região periférica, Capão Redondo, Jardim Ângela, São Mateus, Cidade Tiradentes. Então a gente leva emprego e também renda para toda a cidade.

A gente quer ser contemplado pelo projeto. Acho que tem que fazer pra cidade de São Paulo ficar organizada, ficar urbanizada com a cara linda, igual queremos ver a nossa cidade uma cidade linda.

Eu espero que a gente seja contemplado.

Muito obrigado pela oportunidade.

Deus abençoe a todos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Merheje Júnior.

Antes anuncio a presença da Vereadora Rute Costa acompanhado do Vereador Ricardo Bueno de Assis do Município de Leme, Partido Social Democrático, Presidente da Câmara.

O SR. EDUARDO MERHEJE JÚNIOR – Eu sou representante do Centro Democrático dos Engenheiros. Gostaria de chamar a atenção para um ponto importante desse projeto: até hoje temos engolido na cidade de São Paulo serviços públicos de péssima qualidade, equipamentos com durabilidade péssima, provocando uma manutenção constante e gastos que são feitos pela cidade. Nesse sentido, quero alertar para a importância desse projeto porque traz a competência, traz a durabilidade que o concessionário vai estar preocupado porque se não estiver com o serviço bem-feito, ele vai gastar mais para repor. Hoje

na cidade, inclusive os Vereadores do PT que vieram falar, eu participei do Orçamento Participativo, da Cidade Participativa, mas quem tinha mais força e poder nas associações de bairro era o que os políticos faziam?

Nós precisamos modernizar. O Brasil tem a tendência de ficar no atraso e não ter competência ao fazer as coisas. O projeto participativo do PT, com a participação da cidade, foi um fracasso. Não houve participação, houve uma revelia contra o cidadão.

Vou lhes dar um exemplo, você tem a SEME – Secretaria Municipal de Esportes. Você tem um fundo de vale, ali, você entra por onde? O fundo de vale liga com o zoológico, com o Jardim Botânico da cidade e não deixam acontecer! Ou seja, bairros da cidade de São Paulo estão interessados em jogar o que não presta para o bairro ao lado! Não é uma cidade metropolitana, precisamos tornar a cidade metropolitana, e é o que esse projeto provoca. Ele não é completo, é claro que não é completo, quando é completo é porque não presta. Ele tem de vir assim, tem de nascer de um processo que vem a dar qualidade, durabilidade para os serviços públicos de São Paulo e do Brasil.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado.

Tem a palavra o munícipe Marcos José.

Registramos a presença do grande Vereador Paulo Frange.

O SR. MARCOS JOSÉ – Boa tarde. O projeto, eu concordo, se fosse completo, ele seria ruim, não teria discussão. Mas nas outras audiências tinha o mínimo, mas na de hoje, não tem nada.

De Bilhete Único a gente sabia quanto iria economizar o município, e quanto era a possibilidade de ganhar. O de parques, idem. Hoje a gente não tem nada. Aí eu tenho que me colocar com a fala do Donato e do Police Neto, exatamente a mesma coisa. A gente precisa ter um pouquinho mais de elementos pra discutir. Não sei o que está discutindo aqui. Qual é a arrecadação prevista? Não sei! Vamos fazer o quê? Bicletários, outro ponto; ponto de ônibus,

já foi; relógio, já foi; banheiros, o Police falou; banca de jornal, já foi votado pela Câmara na gestão passada. Vamos fazer o quê? Bebedouros? O que mais? Eu não sei de outros itens, o Executivo tinha de ter colocado. Quiosques multiuso, qual local previsto, aonde? Padronização, como vai ser? Não sei! Há muitas coisas... Aí eu me coloco com uma preocupação muito grande: tem alguém com informação privilegiada fazendo estudo de viabilidade econômica de algum item? Será que tem? Porque quem tem empresa fica atrás, quando eu souber, eu vou ter quanto tempo pra fazer isso?

Há uma frase que diz assim: as coisas não têm de ser só serias, tem que parecer sérias, correto? Tem de ser aberto. A gente precisa de dados, o que será colocado e como vai ser feito. Caso contrário, parece que alguém está levando privilégio.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Diogo da Luz.

O SR. DIOGO DA LUZ – Boa tarde a todos os presentes neste plenário, boa tarde aos membros da Mesa, Srs. Secretários, Vereadores, funcionários presentes.

Em primeiro lugar, quero lhes dizer que eu – e talvez grande parte da cidade – tenho grande apreço pela Lei Cidade Limpa, acho que foi muito boa. Tenho também grande admiração pela Regina Monteiro, arquiteta e urbanista que desenvolveu o projeto, mas eu acho que não está se discutindo aqui o projeto da Cidade Limpa, não está se discutindo a volta ou não de *outdoors* em terrenos, em imóveis pra fazer propaganda de empresas particulares. Parece-me que está se discutindo a possibilidade de diversas empresas voluntariamente colocarem dinheiro a serviço do bem público, a serviço da população em troca do compulsório e indesejado imposto. Acho que ninguém aqui gosta de pagar imposto.

Se há empresas querendo investir, por exemplo, em banheiros, ótimo, que o façam. Acho que associar as empresas a esses mobiliários é muito bom. Hoje quando vamos pegar uma bicicleta, seja do Itaú, seja do Bradesco, a gente vai com a segurança de que o pneu está

cheio, que a bicicleta está em ordem. Duvido que fosse assim se não fossem as empresas com a imagem delas, ali, colocadas, sabendo que estão com a imagem em risco. E aí eu pergunto a vocês: seria melhor ir num banheiro que hoje nem existe na verdade, mas um banheiro mantido pela Prefeitura, sem querer desrespeitar o Poder Público, ou num banheiro mantido por uma empresa como a Bayer, como a Nestlé, qualquer outra, empresa de água, altamente ligada à qualidade, sabendo que sua imagem é importantíssima. Eu não tenho dúvida nenhuma de que entraria com muito mais segurança num banheiro mantido por uma empresa dessas.

Eu acho que é nesses casos que está se prevendo e está se prevendo o mobiliário urbano. E agradeceria se todos se concentrassem nesse ponto. Não é ao Doria que nós estamos discutindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Márcio Gonçalves.

O SR. MÁRCIO GONÇALVES – Boa tarde a todos. Eu sou um pequeno empresário da cidade de São Paulo. Até 2005 eu tinha um negócio na cidade de São Paulo, que era um negócio de propaganda nos taxis. Com a Lei Cidade Limpa nós fomos obrigados a tirar a propaganda de milhares de taxis que tínhamos com propaganda, nós e outros concorrentes nossos, e também de pequenos anunciantes que anunciavam nesses taxis. Eles pagavam em torno de 200 reais por mês, você passava em torno de 70% disso para os taxistas. Paramos de fazer essa atividade. A Lei Cidade Limpa realmente limpou a cidade de São Paulo tirou milhares e milhares de equipamentos das fachadas, dos prédios, mas ela tirou também centenas de pequenos anunciantes das ruas da cidade de São Paulo, fazendo com que esses pequenos negócios não tivesse alternativa para se anunciar na cidade de São Paulo. Eu, depois disso, abri um restaurante, diversifiquei porque não tinha mais o negócio, na região da Berrini. Nos últimos três anos mais de 60 restaurantes foram fechados na região da Berrini. Para não fechar o meu, que graças a Deus eu não fechei, eu fui atrás de anunciar. Eu

anunciava em revistas, mas as revistas não são mais lidas. Eu procuro anunciar nas redes sociais, que é até barato, mas não atinge as pessoas que estão nas ruas, as pessoas economicamente ativas. Então eu fui fazer o orçamento para anunciar num relógio de rua e esse orçamento me chegou custando mil e 700 reais uma face por uma semana. Quer dizer, se eu tivesse que anunciar um mês eu pagaria seis mil e 400 reais para anunciar numa face só. Eu queria fazer quatro relógios. Eu não consegui fazer, é humanamente impossível para o pequeno empresário estar com a sua marca, atingir o público que está nas ruas e aí vem aqui o Vereador Police Neto dizendo que tem 40% de desocupação desse mobiliário urbano. Por que tem 40%? Porque é muito caro, o pequeno não consegue anunciar, o pequeno anunciante não tem alternativas para anunciar na cidade de São Paulo.

E também que queria contestar, melhor, levantar a questão do Vereador Donato que diz que essas empresas que pagaram por essa outorga teriam que ter uma contrapartida financeira. Por que elas teriam que ter uma contrapartida financeira? Por que elas pagaram pela outorga? Mas quando veio a Lei Cidade Limpa, que eliminou centenas de empresários como eu, nós fomos penalizados e não tivemos nenhuma compensação financeira por isso. Então eu não acho que tenha que compensar JCBepor, Odebrecht, que são essas empresas que são donas dessas concessões hoje. Eu acho que tem que abrir principalmente para dar oportunidade ao pequeno anunciante. O pequeno anunciante é o pequeno negócio, é a farmácia da esquina, é o restaurante, é o bar, é o pet shopping. Esse pequeno anunciante precisa ter alternativa para chamar o cliente para dentro. A mídia exterior permite que isso seja feito.

Em São Paulo, não tem como fazer. Por causa do preço que é cobrado no mobiliário urbano, não há alternativa. O táxi poderia ser uma alternativa; esses mobiliários novos, se tiverem um preço que o pequeno possa pagar, provavelmente, serão uma alternativa.

Então, é esta questão que eu quero abordar: para o pequeno empresário, que é

quem realmente gera emprego na cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Sr. Márcio Gonçalves.

Encerramos agora essa etapa em que os senhores e senhoras tiveram a oportunidade de se manifestar.

Tem a palavra o Sr. Marcos Rodrigues Penido, Secretário da Secretaria Municipal de Serviços e Obras.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO – Mais uma vez, agradeço ao Presidente desta Comissão, Vereador Toninho Paiva, a todos os Srs. Vereadores que apresentaram sugestões e teceram comentários e aos sete munícipes que ocuparam a tribuna e trouxeram sugestões e ideias. Esse é o espírito dessa lei. De maneira nenhuma, pensa-se nessa lei como um cheque em branco, e sim uma oportunidade de aplicar melhor os investimentos na cidade de São Paulo. A primeira lei que tratou da concessão e privatização foi muito clara: que todos os recursos objeto dessas concessões, privatizações e outorgas serão investidos obrigatoriamente nos cinco pontos cruciais do Município: saúde, educação, segurança, transporte e habitação. Este é o foco da Cidade: olhar para aqueles que mais precisam e modernizar São Paulo, a maior cidade da América Latina, que não pode ficar no atraso e tem que evoluir.

Neste momento, trazendo essas leis de concessão e privatização, o que estamos buscando é a São Paulo do século 21.

Quando falamos hoje em mobiliário urbano, a publicidade é uma decorrência desse mobiliário. O que a Cidade precisa é do mobiliário, porque ela é carente em mobiliário para atender à população.

Toda e qualquer lei será detalhada, especificada e, como sempre se faz na gestão Doria, será discutida com a população e com esta Casa de Leis, que representa a população. São 55 Vereadores que estão aqui pelo voto, pela vontade popular para defender a população

de São Paulo. Nós, juntamente com o Prefeito João Doria, temos total ciência e consciência de que toda e qualquer lei tem que ser discutida e debatida nesta Casa.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade de podermos apresentar aqui o projeto e ouvir ideias, críticas e sugestões, para que possamos ter, ao fim e ao cabo de sua aprovação, uma lei que atenda ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e, principalmente, ao cidadão de São Paulo.

Muito obrigado por esta oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Secretário Marcos Rodrigues Penido. Antes de encerrar esta audiência pública, quero ressaltar que os 55 Srs. Vereadores desta Casa têm a responsabilidade de fiscalizar o andamento da execução das desestatizações, privatizações e concessões para que realmente possamos melhorar esta cidade.

_____ Não havendo mais nada a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado a todos. (Palmas)